Vamos falar das árvores? Das podas à biodiversidade, é dia de as descobrir

20 de Maio, 2016

Vamos falar das árvores de Lisboa? A proposta é da Plataforma em Defesa das Árvores, que vai promover amanhã um seminário em torno do tema e um “passeio guiado”. Depois de um ano marcado por “notícias muito más” sobre intervenções no arvoredo da cidade, a porta-voz da plataforma sublinha que aquilo que se pretende é “abordar a árvore de uma maneira diferente”, não como problema mas sim como “solução para uma série de problemas”, revela o Público.

O seminário acontece entre as 10H e as 13H de amanhã no Cinema São Jorge, na Avenida da Liberdade. Entre os oradores confirmados, estão o vereador da Estrutura Verde da Câmara de Lisboa, José Sá Fernandes, e o ex-ministro António Bagão Félix, apresentado como “botânico amador” e autor do livro “Trinta Árvores em Discurso Direto”.

Haverá intervenções sobre “a subtil sabedoria das árvores”, “a biodiversidade na cidade de Lisboa”, “árvores, jardins e parques históricos”, “árvores monumentais, uma memória viva” e “a arboricultura em espaço urbano, boas e más práticas”. O arranque do seminário estará cargo de Miguel Sepúlveda Velloso, da plataforma, que falará sobre “um ano a defender as árvores”.

Depois do seminário haverá um passeio guiado conduzido pelo ecólogo Rui Pedro Lérias, “pelo meio das árvores” de Lisboa. O ponto de encontro é às 15H no Alto do Parque Eduardo VII, junto à bandeira.

Para a plataforma, um dos temas que causam preocupação é o facto de com a reforma administrativa da cidade a gestão e manutenção dos espaços verdes terem transitado da câmara para as juntas de freguesia. “Houve um desmembramento da gestão das árvores. Cada junta trata à sua maneira e isso é muito preocupante”, afirma Rosa Casimiro, porta-voz da Plataforma.

Outra preocupação tem a ver com Regulamento Municipal do Arvoredo de Lisboa, mais precisamente com o facto de ele ainda não ter entrado em vigor. O regulamento foi aprovado em dezembro de 2015, por unanimidade, já depois de ter sido submetido a consulta pública. Depois disso foi remetido à Assembleia Municipal de Lisboa, onde ainda não foi discutido em plenário.